



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Pelo presente instrumento, encaminha-se o Documento do Estudo Técnico Preliminar.

ETP- nº ____/2025

1.0. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Área requisitante: Secretaria Municipal de Educação

2.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em suma, a presente demanda ressaí das ações de interesse estratégico, de longo prazo, da Secretaria Municipal de Educação, realiza uma miríade de ações, para além das obrigações legais, quais sejam, as ações que objetivam viabilizar que os cidadãos itabaianenses possam ter amplo acesso a formação de nível superior e/ou técnico profissionalizantes, conforme distrito no Documento de Formalização da Demanda – DFD, oportunidade em que o transcrevo e incorporo ao presente, vejamos:

“O Município de Itabaiana/SE, é imbuída do múnus legal de fortalecer o sistema educacional, sobretudo na seara da educação infantil, conforme discrimina o Art. 205 c/c §2º, do Art. 211, de nossa Carta Magna, vejamos: ‘Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(...)

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.’

Na mesma vertente, há de se gizar que a Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de diretrizes bases da Educação nacional, em seu art. 4º e 11, que se coadunam com o excerto anterior, no sentido de jungir-nos a prestar os serviços de educação, vejamos:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

(LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
(...)

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos;

VII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Ademais, nesse contexto, em que pese sermos compelidos, por força daqueles normativos, tão somente, a assistir a rede pública de ensino fundamental, há de gizar que a presente municipalidade possui interesse também, no fornecimento de educação e qualificação contínua da população local.

Como é cediço, na hodiernidade, há a necessidade constante de aperfeiçoamento da mão-de-obra, pois os serviços tradicionais, pautados em movimentos repetitivos, sem que haja a necessidade de um trabalho intelectual, tendem a se extinguirem no protrair no tempo, sendo substituídos por mecanismos autônomos; os serviços aludidos também



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

são menos remunerados. Ademais, tal fato contribui para a estagnação da economia local, já que, com a possibilidade de geração de renda mitigada toda o ecossistema financeiro tende a arrefecer de modo drástico, tendo em vista que as pessoas apenas possuíram renda para subsistir, culminando, assim, no colapso, sobretudo, no setor de serviços e de comércio que lidem com itens que não sejam de atendimento as necessidades básicas, pois os populares não terão condições de saldar os custos de tal mercado.

Nessa acepção, nosso regimento municipal institucionalizou, mesmo que de modo prosaico – Inc. XXVI e XXVII, do Art. 61, da LC 09/2009, o dever de concebermos políticas voltadas que apascentem um ecossistema de capacitação continuada, com enfoque no nível superior e no de técnico profissionalizante, para que, por consectário, a população possa ter acesso a tal conhecimento e, assim, ser capaz de galgar condições de desempenharem funções laborais que não só produzam serviços, fornecimento de itens mais elaborados, o que amplia o rol de consumidores para além das fronteiras estaduais, como também que parte desse avanço econômico possa retornar aos cofres públicos, através da majoração do influxo de transações, que incrementam a arrecadação, de impostos.

(Art. 61 da LC nº 09/2009)

‘XXVI - atrair para o município cursos profissionalizantes, técnicos, universitários de nível superior e em pós-graduação;
XXVII - organizar, administrar, manter e executar ou promover cursos de formação, capacitação, especialização, treinamento, aperfeiçoamento, atualização e extensão de professores, técnicos, administrativos e de apoio à educação, em articulação, colaboração e interação de órgãos, entidades públicos e particulares mediante convênios;’

Destarte que, de modo a confluir com o interesse arrimado acima, em 19 de Março de 2006, exsurgiu, no território municipal, A Associação Itabaianense dos Universitários (A.I.U), *in fine*, pois, sobretudo, naquela época, não havia no território local, a existência de unidades de ensino voltadas para o fornecimento de ensino superior e/ou técnicos. Aquela instituição tem o mote de transporte o alunado local, até os grandes polos educacionais, daquela natureza, no Estado de Sergipe, já que, ainda que, no interregno temporal, da criação daquela associação para com a atualidade, tenha sido criada entidades de ensino voltada para o contexto da presente demanda, elas não tem a capilaridade de comportar toda a demanda, de modo que ainda, diuturnamente, aquela associação, realiza o transporte de, aproximadamente, 650 (seiscentos e cinquenta) associados, com aproximadamente, 03 (três) viagens – ida e volta –,



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

distribuídas entre as 05:40h (cinco horas e quarenta minutos) à 22:30h (vinte e duas horas e trinta minutos), com três destinos, para o município de Aracaju e um para o município de Lagarto.

(Estatuto da Associação Itabaianense dos universitários Itabaiana-SE)

Art. 1º - A Associação Itabaianense dos Universitários (A.I.U) com sede na cidade de Itabaiana-SE, rua Sete de Setembro, nº 134, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, políticos e religiosos, fundada em 15 de agosto de 2000, nesta cidade, estado de Sergipe, com duração por prazo indeterminado, representativa de todos os associados universitários, que se regerá, doravante, pelas normas estabelecidas no presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Associação tem por finalidade:

I – Defender os interesses dos membros da A.I.U.

II – Estabelecer o tratamento cordial entre os sócios de forma ampla e perfeita.

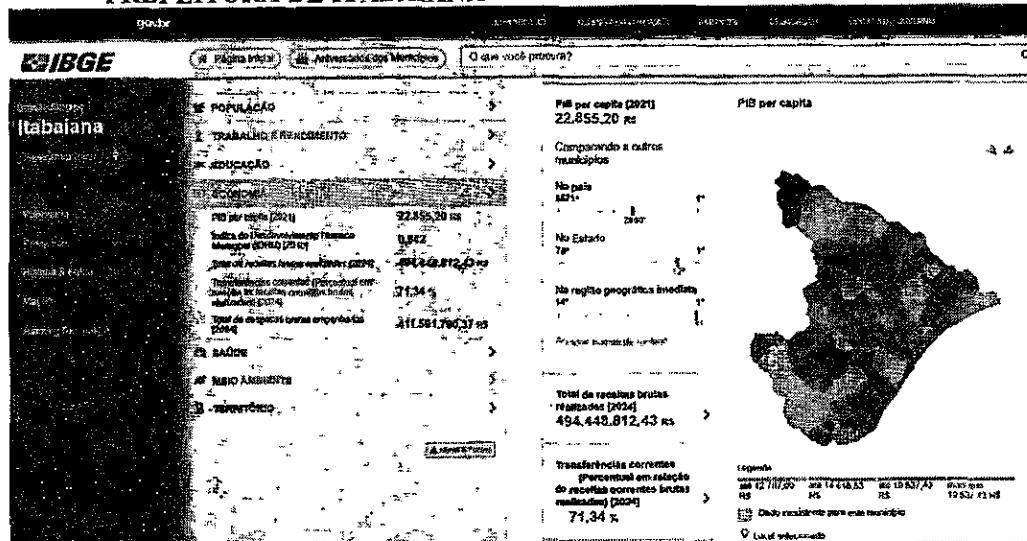
III – Procurar prover intercâmbios culturais, folclóricos, educativos e programas sociais.

IV – Proporcionar melhores condições de transporte dos universitários de Itabaiana – SE.”

Impende asserir que a A.I.U. vem atuando de forma tão profícua e candente, para o interesse social do aumento do grau de escolaridade dos cidadãos itabaianenses, que o número de pessoas com formação em nível superior pululou, fato este que, justaposto com as políticas públicas municipais, fez com que a cidade venham se expandindo não só no número de habitantes, mas também com a taxa de geração de empregos e de renda, conforme observável dos dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>, vejamos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



Tanto assim o é, que em 18 de dezembro de 2008 e 12 de março de 2010, respectivamente, os poderes públicos Estadual e Municipal, reconheceram a utilidade pública da A.I.U, vejamos:

(Lei Estadual Nº 6.546, de 18 de dezembro de 2008)

'Art. 1º. Fica revalidado, conforme dispõe a Lei nº 5.206, de 12 de dezembro de 2003, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.495, de 24 de dezembro de 2004, o reconhecimento de Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO ITABAIANENSE DOS UNIVERSITÁRIOS, de que trata a Lei nº 4.691, de 23 de dezembro de 2002, com sede e foro na Cidade de Itabaiana-SE, endereço na Rua 7 de Setembro, nº 134.'

(Lei Municipal Nº. 1.389)

'Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Itabaianense dos Universidades, entidade civil sem fins lucrativos, políticos e religiosos, de caráter social, de duração por tempo indeterminado, localizada na Avenida Doutor Airton Teles, nº 27, centro, Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, fundada em 15 de agosto de 2000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.095.617/0001-99.'

Ademais, há de se frisar que aquela associação, veem atuando com ônibus anacrônicos e, devido a estruturação dela, da qual capta recursos, seja por subvenções públicas, seja através do pagamento da taxa dos associados, prestam-se, tão apenas, para cobrir as despesas operacionais, de modo que eles não dispõe de recursos para modernizar sua frota, some-se a isso o fato de que com o espraio do tempo, num futuro não tão distante aqueles veículos, podem vir a ter sua operação sobrestada, de modo de que a A.I.U, não disporá de meios para executar serviços tão essenciais para esta municipalidade.

Handwritten signature



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Portanto é de suma importância à identificação de solução de mercado e/ou administrativa, com o fito de que possa prover a renovação técnica para viabilizar a continuidade, a longo prazo, da operacionalização da A.I.U.

3.0. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Consiste no estudo e análise das alternativas possíveis de soluções, para chegar a uma melhor solução visando a demanda para locomoção de **educadores e servidores**, através de veículos (tipo ônibus) para atendimento da demanda de serviços da Secretaria Municipal de Educação. No mercado é possível encontrar as seguintes opções:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Quanto ao Impacto Ambiental

Nesse ao aspecto em questão, foi considerando o disposto no Manual de Compras Baseadas na Relação Custo – Benefício, prolatado pelo Ministério da Inovação em Serviços Públicos. disponível em:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-governanca-nas-contratacoes/manual-de-compras-baseadas-na-relacao-custo-beneficio.pdf>.

A diretiva citada acima, em especial, no descrito no tópico 3.1.2. daquele material, onde diz que, na análise do custo de propriedade da opção de mercado, deve ser avaliado o quanto de recursos naturais é utilizado na produção do bem e/ou prestação de serviços, o impacto que o bem, ou serviço, impõe na natureza, durante a sua utilização e, quando o bem não mais servir, os impactos da sua destinação final.

Quanto ao Ciclo de vida

Na mesma lógica do tópico, com base naquele mesmo material de apoio, as diretivas daquele tópico, será apreciada conforme o tópico 3.1.1., vejamos:

“O Custo do Ciclo de Vida tem como finalidade determinar e demonstrar as vantagens econômicas relativas a diferentes alternativas de aquisição de uma forma analítica, através da utilização de métricas objetivas, demonstrando que a compra de produtos de alta qualidade pode levar a melhores resultados econômicos a longo prazo. (USIDA, tradução própria)”

- Neste tópico será avaliado, tão somente, o dispendio que será necessário para implementação da solução de mercado, considerando os custos diretos e indiretos.

- Neste tópico será avaliado os impactos que a solução de mercado irá impor ao meio ambiente, tanto no seu escopo quanto na extensão dos possíveis danos.

- Foi considerado preceito da utilização do mínimo de matérias de apoio administrativo, em sentido amplo, especialmente os compostos por plásticos, que agridem, com maior intensidade, o meio-ambiente, como meio de garantir a sustentabilidade das contratações públicas, sobretudo avaliando a logística reversa.

Disponibilidade no Mercado e Fiscalização da

- Nesse tópico, iremos apreciar a disponibilidade da solução de mercado na presente região, bem como analisar sua operacionalidade disante as peculiaridades deste ente federativo.

- Neste tópico, considerar-se-á a longevidade da opção de mercado, no sentido de quanto tempo perdurará e dos custos intercorrentes que serão necessários para viabilizar a sua plena execução.

Ademais, os tópicos descritos acima, serão ordenados segundo as seguintes grandezas:

Aderência ao Preceito	Classificação
3	Medio

Gmm

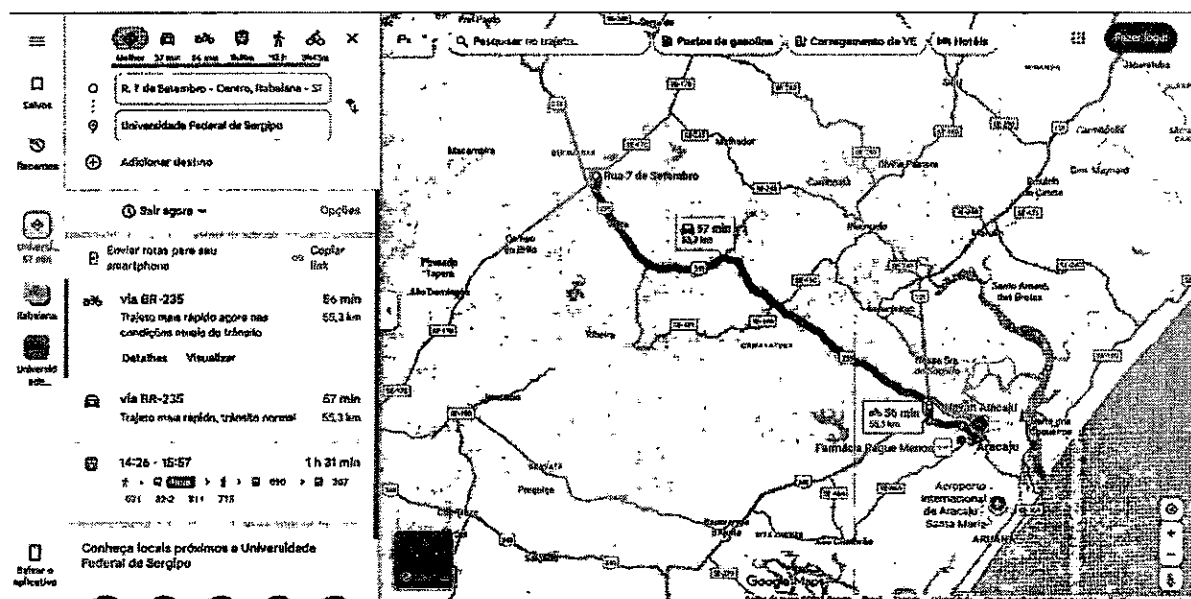


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

* Para fins de facilitar a compreensão do presente estudo, informa-se que os tópicos adiante, abordaram a composição dos custos na perspectiva global, já que, algumas alternativas de mercado demandam um alto custo quando da implementação e, posteriormente, os custos são minorados, havendo uma espécie de equalização anual.

** Ademais, ao final, serão atribuído classificação, para cada opção de mercado, seguindo os parâmetros avaliativos supra, ponderando-se nota final total.

*** Por fim, considerando que, considerando o histórico pregresso desse órgão, na forma do Inc. III, do Art. 10, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, engloba metodologias de trabalho dicotômicas – diversos roteiros distintos -, assim, como meio de equalizá-las e viabilizar o cotejo direto, entre as mesmas, será considerado a rota de nº 04, que é a última rota relacionada no DFD, que possui uma totalidade anual de, aproximadamente, 44.240 km (quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta quilômetros), já que, considerando a realização, média de 04 (quatro viagens) diárias, duas de ida e duas de volta, onde a distância é de 55,3 km (cinquenta e cinco vírgula três quilômetros), chega-se à uma média, diária, de 221,2 km (duzentos e vinte e um vírgula dois quilômetros) e, estimando-se uma média de 200 (duzentos) dias letivos, chega-se ao valor informado acima, em sendo a seguinte rota:



Gmm



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

**** Em desdobramento do tópico anterior, ou seja, considerando a rota demonstrativa, informa-se que as rotas a serem percorridas são longas e passam por diversas estradas, trespassando por alguns municípios.

Nesse toar, de imediato, já se tem por inviabilizado, sumariamente, à utilização de veículos pequenos, que transportam poucos passageiros, como motocicletas e carros de passeio, já que tornariam necessário diversas viagens simultâneas, o que assoberbaria, demasiadamente o custo de transporte, já que, factualmente o número de veículos atualmente utilizados, é de 03 (três), poderiam vir a ser majorados, no sentido de multiplicá-los, o que, de modo sumário já se observa que iria tanto dilapidar os recursos daquela associação quanto iria comprometer o requisito de sustentabilidade, tendo em vista o aumento exponencial de consumo de combustível fóssil.

Ademais, na conformidade do tópico anterior, a utilização de veículos sustentáveis, como ônibus elétrico, ainda que possa ser alegado a mitigação dos impactos ambientais, tal opção revela outros problemas igualmente desafiadores, pois, considerando o mercado local, inexistem autorizadas e/ou oficinas especializadas para realizar os serviços de manutenção, sejam preventivas sejam corretivas e, mesmo que a média divulgada por sítios especializadas, referente a autonomia dos veículos por carga elétrica, possa alcançar os 500 kWh, ou seja, necessitando de apenas uma carga ao dia, conforme parágrafo anterior, engarrafamento no trânsito e outros fatores, podem vir a tornar necessário uma carga, mesmo que parcial, durante o percurso e, considerando a falta de estrutura para recargas de veículos dessa natureza, nas rodovias, pode vir a fazer com que o transporte seja interrompido durante sua execução, o que, além de gerar problemas de segurança evidentes e presumíveis, tal ato é enquadrado como infração de trânsito, consoante o Art. 180 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Pane Seca –, que importa numa multa no valor de R\$ 130,16 (centro e trinta reais e dezesseis centavos), com aplicação de 04 (quatro) pontos na carteira do condutor e, não bastasse, aqueles alunos podem vir a não chegar no destino, comprometendo, por desdobramento lógico o fim pretendido, que seria o traslado do alunado até o polo educativo, o que, repito, inviabiliza a utilização de tal metodologia, ainda que, o preço reduzido, inerente ao consumo de energia elétrica, em detrimento do alto custo de aquisição do veículo seja positivo.

Por observa-se que a opção de veículo mais lógica é a utilização de ônibus, pois, considerando que a associação, hodiernamente, transporta cerca de 650 (seiscentos e cinquenta associados) e que, por turno, para aquele roteiro pré-definido, há o transporte de, aproximadamente, 100 (cem) passageiros simultâneos para aquela rota.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

O fato narrado acima, já demonstra, indiscutivelmente, que a opção pela utilização de ônibus já se demonstra como em sendo a medida mais cerebral, já que, os ônibus transportam, em média de 42 (quarenta e dois) à 60 (sessenta) passageiros simultâneos, some-se a isso o fato de que, conforme é cediço, a utilização de veículos rodoviários que transportam o máximo de passageiros de passageiros, tanto quanto possível, recaindo na redução da quantidade de veículos utilizados, redonda não só na economia de custos (combustível, salário motorista, manutenções preventivas e corretivas), como também agride menos o meio-ambiente além de contribuir para a fluidez no trânsito, o que, reafirmo torna, acima de qualquer dúvida razoável, como a única opção.

Por fim, porém não finalmente, o Estatuto aprovado daquela instituição, aprovado em 19 de março de 2006, reputa que aquela associação deverá realizar o transporte à custo módico para os associados, já que, em seu Artigo 4º, diz que o valor, a ser despendido pelos associados, corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral da passagem praticado pelo mercado.

Portanto, o fato narrado acima, sumariamente, já inviabiliza toda a solução de mercado que, de algum modo, envolva a realização do transporte por terceiro que praticará o preço comum de mercado, pois tal custo tornaria o preço da mensalidade mais dispendioso para o associado, ainda que para a associação, propriamente dita, fosse técnico-economicamente viável, o que iria de encontro ao fim daquela instituição.

Ao fim, vê-se que restou, tão apenas 02 (duas) opções de mercado técnico-economicamente viáveis aliadas com a finalidade da instituição que será beneficiada, que seriam: Aquisição dos veículos, ou a locação.

AQUISIÇÃO DOS VEÍCULOS

3.3. Nessa opção de mercado, procederíamos à compra direta de veículo(s) – ônibus com capacidade de 42 (quarenta e dois) à 60 (sessenta) lugares -, que passam a compor a frota daquela associação, com gestão direta por aquela instituição, responsabilizando-se pela disponibilização de todos os insumos (mão-de-obra, combustível, manutenção preventiva e corretiva e afins).



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- Custo vantajoso, já que teremos de custear à aquisição do veículo, bem como que, em ambas as opções de mercado, quem arcará com os custos de combustível; salários; manutenções e afins, serão à associação, pois, conforme os parágrafos descritos acima, devido à natureza daquela instituição e por receberem subsídios que tornam os custos mais módicos, foi considerado o valor isolado dos veículos, sem considerar os demais custos de propriedade que serão comuns à ambas opções de mercado.

Assim, identificando-se o valor médio, anual, considerando o valor decomposto por todo o ciclo de vida útil do objeto, é de R\$ 67.985,00 (sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais) *1;

- Baixo impacto ambiental, tendo em vista que, mesmo que o veículo não venha a ser utilizado, efetivamente, por esta municipalidade, os insumos necessários para a sua utilização e manutenção seriam, de modo que, conforme as diretrizes legais, poderíamos ordenar a aquisição de matérias que tanto em sua composição quanto no descarte, após o fim do seu ciclo de vida útil, não agredam o meio-ambiente, de modo a preservá-lo.

- Ciclo de vida útil, pois, conforme o descrito no detalhamento do primeiro tópico das vantagens, será de 20 (vinte) anos, sendo que, com as medidas preventivas sendo realizadas de modo percuciente, esse prazo pode vir a ser estendido, de modo que, ao protrair do tempo, com o fato do veículo perdurar por mais tempo, adquiriríamos, ao final, menos veículos de reposição, de modo que, a utilização de veículo próprio, resultaria em menores impactos financeiros, pois necessitaria de menos substituições de veículos.

vantagens



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- Sobre o Aspecto da disponibilidade no mercado, tal opção de mercado é salutífera, já que possuímos inúmeras empresas locais com capacidade de fornecimento dos veículos, que satisfaçam a necessidade pública, além do fato de que, enfatizo que aquela entidade possui expertise técnica notória na utilização de manutenção daqueles veículos, estendendo-a para além do previsto.
- Sobre o aspecto da logística sustentável, tal opção é salutífera, pois, na conformidade do tópico anterior, com alta especialização da A.I.U. ne tal será, eles geriram de forma primorosa de modo que não haveriam nem desperdícios de custos e/ou de mão-de-obra na gerencia da frota.
- Por fim, porém não finalmente, sobre o aspecto da efetividade e segurança jurídica, dentre todas as opções abordadas, a presente é a que se revela em sendo a mais pertinente nesse aspecto, já que, tendo em vista que os veículos serão de propriedade do município e os motoristas serão funcionários daquela associação, assim, há uma segurança maior de que não haverá eventos supervenientes que impeçam a execução contratual.

*¹ Antes de abordarmos o custo propriamente dito, informa-se que devido a natureza das informações prestadas no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/19493732000199/2025/110>, há o cadastro, naquela plataforma, de aquisição de itens que atendem a necessidade daqueles órgãos, que, inconcussamente, possui nuances distintas as nossas, portanto, para fins de viabilizar o cotejamento de opções de mercado foi considerado um ônibus semelhante ao que será necessário, conforme descrito no tópico de requisitos da contratação, muito embora ainda abaixo das nossas especificações, já que, teve de ser prescrutado ônibus, com especificações semelhantes entre o parâmetro de preço de aquisição e de locação – sem motorista, sem combustíveis e os demais serviços correlatos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Portanto, feito o extenso, porém necessário, introito supra, foi considerado a aquisição ônibus rodoviário, pelo preço estimado do item 63104907 "ONIBUS RODOVIARIO", cujo o valor unitário, foi de R\$ 1.359.700,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos reais), contudo, considerando que os ônibus atualmente utilizados pela A.I.U, já trespasam os 20 (vinte) anos de utilização, ainda operando em excelente estado de rodagem, vê-se que irrefragavelmente, eles possuem a expertise técnica necessário para quintuplicar a expectativa de vida útil de utilização de veículos dessa natureza que é de, apenas 04 (quatro) anos, com depreciação de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, conforme o item 8702, do Anexo III- Taxas Anuais de Depreciação, da Instrução Normativa RFB Nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Assim, quer-se dizer que, conforme dito anteriormente, os itens foram decompostos na perspectiva anual, para fins de viabilizar a aceração direta entre as opções identificadas, porquanto, considerando que o ciclo de vida útil, considerando a expertise daquela associação é de 20 (vinte) anos, aquele valor global foi dividido por aquele valor global, chegando-se ao referencial anual de R\$ 67.985,00 (sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

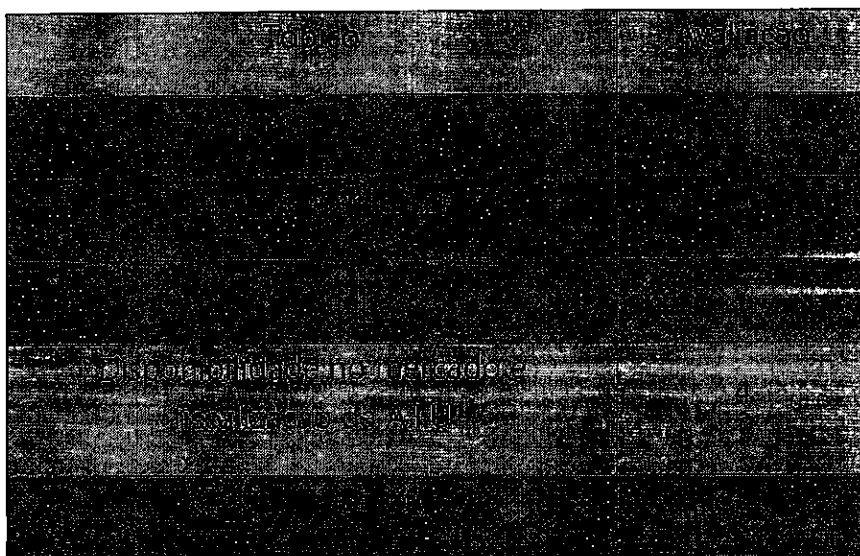
• Ao que se refere à fiscalização da utilização dos veículos, ou seja, de fiscalizar à A.I.U. para que eles não utilizem o veículo em finalidade diversa, que não ao transporte intermunicipal de associados até as unidades educacionais, assim, teremos de implementar rotina de fiscalização sobre aquela associação. Contudo, considerando a fidúcia e credibilidade daquela, que remonta à mais de 02 (duas) décadas, já que ela iniciou suas operações mesmo antes da sua plena formalização legal, tal risco é altamente mitigado e tratável, já que ela reúne todos os requisitos necessários a creditar-lhe deferência de seus atos.

DESVANTAGENS



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Avaliação final da solução, por quesito de interesse:



LOCAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.4. Nessa opção de mercado, procederíamos à locação dos ônibus necessários, com capacidade de 42 (quarenta e dois) à 60 (sessenta) lugares, com a mesma especificação do secundária descrita no tópico anterior, sendo que eles ficariam à disposição, ininterrupta da A.I.U.

- Sobre o Aspecto da fiscalização da A.I.U. tal opção de mercado é superior à outra, tendo em vista que além de fiscalizarmos aquela associação, o eventual contratado, responsável pela locação dos veículos, também o fará, assim, tendo uma espécie de "duplo grau de fiscalização", o que, por si só, já tende a aumentar a efetividade da mesma.
- Por fim, porém não finalmente, sobre o aspecto da efetividade e segurança jurídica, dentre todas as opções abordadas, a presente, em que pese não ser a que possui maior gradação de segurança jurídica, é a

• **vantagens**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

que, sequencialmente, possui um elevado grau de confiabilidade, dado que as empresas que atuam nesse ramo possui expertise de longa data na execução de tais serviços, dado que, apenas não alcança o grau máximo de confiabilidade, ante ao fato de que, em algum grau, ficamos dependentes daquela empresa, que não possui a garantia de continuidade plena de existência, tal-qualmente um órgão público possui, já que uma empresa privada, ainda que consolidada, é suscetível de encerramento de suas atividades, sobretudo ao alvedrio de seu administrador.

- Em contrataste com as opções de mercado anterior, representa em sendo um custo superior, conforme, repiso, em sendo de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais).¹

- Sobre o Aspecto dos impactos ambientais, a presente solução pode vir a se demonstrar como impertinente, dado que, com a baixa especialização da empresa e pelas características da relação posterior, não poderíamos dispor do controle de orientar, com mais veemência de que os veículos possam a se utilizar de insumos ecologicamente mais corretos, em detrimento das opções de mercado que, ainda que legais, agridem em demasia o meio-ambiente.

- Sobre o aspecto da logística sustentável, conforme descrito na

DESVANTAGEM



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

opção de mercado anterior, e considerando a natureza da seleção de empresas mediante torneio licitatório, onde se seleciona aqueles prestadores de serviços que, tão apenas, detêm a competência comum de mercado, haveria dispêndios tanto de recursos financeiros e de material humano, na gerencia da opção de mercado, o que redundaria em desproveito econômico.

- Ao que diz respeito ao ciclo de vida útil da opção de mercado, em deferência com a opção de mercado anterior é pernicioso, dado que, conforme a exposição argumentativa do tópico anterior, a empresa teria tão apenas o conhecimento comum de mercado, recaindo, porquanto, no prazo genérico de 04 (quatro) anos, com depreciação de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, conforme o item 8702, do Anexo III- Taxas Anuais de Depreciação, da Instrução Normativa RFB Nº 1.700, de 14 de março de 2017, ou seja, seriam necessários, ao longo do tempo mais veículos que compromete a sustentabilidade ambiental descrita anteriormente.

¹ Conforme descrito, no tópico pertinente de explicação dos preços, da opção de mercado anterior, foi considerado o valor de locação de veículo semelhante para com ônibus semelhante, chegando-se no valor de referência do item 01, unitariamente, no valor de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), identificada no PNCP, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/09072463000133/2025/28>.

Avaliação final da solução, por quesito de interesse:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Item	Avaliação
Economicidade	3
Impacto Ambiental	3
Logística Sustentável	3
Ciclo de vida útil	3

Posicionamento conclusivo

Opção de fornecimento	Economicidade	Impacto Ambiental	Logística Sustentável	Ciclo de vida útil	Total
Aquisição dos Veículos					
Locação dos Veículos	3	3	3	3	12

JUSTIFICATIVA CONCLUSIVA: Assim, com amparo na análise comparativa acima, infere-se hialinamente que a solução mais viável é a contratação de empresa, mediante torneio licitatório, com o fito de obter o fornecimento dos veículos, sendo que correrá, as expensas da A.I.U., todos os custos inerentes à propriedade do bem, como as manutenções preventivas e corretivas, posto que, já possuem expertise notória com liturgia de operação necessária, além do fato de que, com a expertise da empresa, o ciclo e vida útil do objeto tende a se estender massivamente, para além do genérico legal, importando em sendo a medida mais cerebral sobre a perspectiva ambiental também.

No mais, há de se reputar também que é a opção mais viável economicamente, bem como que do ponto de vista da logística sustentável, pois ao alinhar a expertise daquela associação para com a discricionariedade de podermos orientá-los, com maior efusividade, a respeito da utilização



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

de insumos ecologicamente corretos, o que culmina na realização das manutenções preventivas e corretivas mais equilibradas, garantido que sejam utilizados insumos ecologicamente corretos.

Por fim, porém não finalmente, afigura-se como em sendo uma alternativa de mercado que não só é plenamente disponível no mercado local, garantindo que os proveitos econômicos, da contratação sejam perpetrados em nossa localidade, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, de modo à apoiar as empresas locais, em conformidade com o Inc. II, do §1º, do Art. 40, da Lei federal nº 14.133/2021, aliado ao fato de que, uma vez incorporado ao patrimônio público, disporemos da segurança de que os veículos estarão a pronta utilização por aquela associação, com a menor incidência de riscos, ao enleio de fatos de terceiros, que obstem disponibilização do traslado dos funcionários públicos da educação.

Por fim, conforme afere-se da tabela comparativa, obteve-se a maior média ponderada no total de 25 (vinte e cinco) pontos.

4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução de mercado identificada é a aquisição de veículo tipo ônibus, destinada ao transporte de cidadãos itabaianenses aos polos universitários em outros municípios sergipanos, de forma a assegurar a plena execução das ações de interesse estratégico em viabilizar que os cidadãos possam dispor de condições para concluírem seu ciclo acadêmico, bem como o cumprimento das obrigações legais do município e da A.I.U. Os veículos serão incorporados à frota municipal e, posteriormente, à frota da A.I.U., mediante doação com encargo e cláusula de reversão, operado por aquela associação técnica e notória, garantindo maior autonomia e continuidade do interesse público envolvido.

❖ Do enquadramento, ou não, como objeto comum:

Observa-se que, na forma do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, os fornecimentos comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Com base no excerto supra, bem como sopesando as características doravante, é considerada como em sendo um fornecimento comum, dado que:

- Encontrados e praticados no mercado sem maiores dificuldades;
- Ordinários, sem peculiaridades, ou características especiais;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- Apresentados com identidade e características padronizadas;
- Compostos de perfil qualitativo e podem ser fornecidos por diversas pessoas jurídicas, físicas de direito privado, ordinários, sem peculiaridades, ou características especiais; e
- Garantidos por suas respectivas caracterizações em função das exigências do Instrumento Convocatório e das peculiaridades procedimentais do certame licitatório.

❖ Quanto ao caráter continuado, ou não, da solução de mercado:

- Com azo nos Incisos XV e XVII, do Art. 6º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, os fornecimentos podem ser classificados em contínuos e, residualmente, em frequentes/ por escopo, respectivamente.

- Os fornecimentos de natureza continuada são aqueles que, além de objetivarem a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas que possuem caráter imutável e repetível. Por outro lado, os fornecimentos considerados não contínuos, ou fornecimento por escopo, ou ainda, fornecimento frequente, são os que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um fornecimento específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

- Consubstanciado no exposto, o serviço que compõe a solução proposta é considerado de natureza não contínua, ou seja, frequente, haja vista que são fornecimentos que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de serviço em específico em período predeterminado.

5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente aquisição de veículos do tipo ônibus, destinados ao transporte intermunicipal de cidadãos que cursam ensino superior, em outros municípios sergipanos, possui natureza de bem e/ou serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;

O prazo de entrega, a ser definido na fase de planejamento, deverá observar a necessidade contínua e imediata de transporte seguro e eficiente, evitando qualquer interrupção do serviço educacional. Diferentemente de aquisições sujeitas a sazonalidades, trata-se aqui de bem de uso permanente, indispensável ao deslocamento diário de servidores;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Nos termos já abordados em tópicos anteriores, deverá ser observado o prazo de garantia aplicável, conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC);

No ato da entrega, deverá ser efetuado com o acompanhamento de profissional técnico, para que realize capacitação dos funcionários, da contratante, que operarão os veículos, sem custos para o município, devendo abordar os tópicos inerentes à operação, manutenções preventivas e corretivas, além de todos os demais assuntos que tecnicamente se fizerem pertinentes;

Acaso os veículos venham a se deteriorar, prematuramente, por mal uso, e, a má utilização aludida for originada de falha da capacitação/divulgação das instruções técnicas de que trata o subitem anterior, a contratada, não só deverá elucidar a informação equivocada, como também realizar o reparo do equipamento a suas expensas; (§2º, do Art. 140, da Lei Nº 14.133/2021);

O contratado deverá assegurar que, dentro do estado de Sergipe, para os veículos fornecidos possuam representação oficial da fabricante dos mesmos, ainda que por meio da existência de autorização, para realização dos serviços de manutenção, seja preventiva, seja corretiva, que se fizerem necessário para a manutenção do pleno estado de funcionamento daqueles (§4º, do Art. 40 e §2º, do Art. 47, ambos, da Lei federal Nº 14.133/2021 c/c Art. 28, da Lei federal Nº 6.729, de 28 de novembro de 1979);

O contratado deverá se responsabilizar, na forma da lei, pela disponibilização de peças de reposição no mercado, pelo menos, pelo prazo de vida útil do objeto, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB Nº 1.700/2017, ou outra norma técnica aplicável, c/c Art. 18 e 32, do CDC;

Sempre que o contratado identificar a necessidade do *recall*, o mesmo deverá nos notificar prontamente para a realização do serviço, entretanto, acaso não o faça será responsabilizado na forma da lei, incluindo-se, mas não se limitando, a restituição do valor pago pelo bem e danos morais, na forma do art. 4º, inc. III e do art. 6º do inc. II do CDC;

Mesmo na hipótese de o contratado realizar as devidas notificações para a realização *recall* e a contratada não os atender, ainda assim o contratado será obrigado a realizar as devidas compensações muito embora em patamar a menor, na forma dos art. 944 e 945 do código civil; Os veículos deverão ser entregues por meio de transporte adequado, preservando sua integridade até a chegada no local de destino da contratante, devidamente prontos para circulação; e

O licitante deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto nº 7.746/2012 e demais regulamentos pertinentes.

➤ Possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Em razão da especificidade e da restrita oferta do objeto em âmbito local, não se mostra viável a reserva de participação exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, diante da inexistência de, ao menos, 10 empresas capacitadas na região para garantir a competitividade do certame, bem como que, pelo valor estimado aproximado da contratação, que supera o limite de faturamento de ME e EPP, acaso o mesmo venha a se confirmar, não serdes pertinente a utilização dos critérios de beneficiamento aludidos, na forma do Inc. I, do §1º, do Art. 4º, da Lei federal nº 14.133/2021.

➤ **Utilização de Catálogo de Padronização**

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização mostra-se pertinente, visto que os veículos tipo van apresentam características técnicas padronizadas, amplamente difundidas no mercado, permitindo definição clara e objetiva no instrumento convocatório.

➤ **Quanto à possibilidade de participação de consórcios e/ou cooperativas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de consórcios em licitações é regra geral, salvo justificativa em contrário. No caso em tela, não se vislumbra necessidade de consórcios, uma vez que:

- O fornecimento está enquadrado como comum;
- Inexiste complexidade técnica ou de mercado que justifique a formação de consórcios;
- A eventual admissão de consórcios poderia reduzir a competitividade;
- Qualquer empresa devidamente qualificada é capaz de atender integralmente ao objeto.

Então, no caso vertente, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e a aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

A formação de consórcios para a realização deste fornecimento específico não se mostra justificada, pois as atividades envolvidas são consideradas comuns e desprovidas de complexidade ou escopo significativos. A ausência de questões altamente intrincadas torna desnecessária a colaboração entre diferentes entidades, favorecendo uma abordagem mais simplificada e eficiente. Dessa forma, a Administração reconhece a viabilidade de conduzir o processo licitatório sem a necessidade de consórcios, permitindo uma competição saudável entre diversos participantes.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Ademais, pelos jaezes técnicos que permeiam o objeto vindouro, que se trata, tão apenas, de fornecimento de item, com obrigações meramente assessórias à posteriori, não é de natureza de realização por cooperativas, pois em sendo um fornecimento tipicamente realizado por empresas do segmento privado, vedando, por sua natureza intrínseca à participação de consórcios.

A perspectiva da Administração em relação a este certame licitatório é positiva, visto que o fornecimento em questão é de natureza comum, atraindo um amplo espectro de participantes aptos a atender ao interesse público. A ampla participação contribui para afastar qualquer restrição à competição, promovendo uma dinâmica mais robusta e eficaz no processo de contratação. Nesse contexto, o objetivo principal é assegurar não apenas a qualidade do fornecimento, mas também alcançar níveis otimizados de eficiência e economicidade ao longo do processo licitatório.

O cerne do presente certame reside na busca ativa por maior eficiência e economicidade, princípios essenciais que orientam a Administração no processo de contratação. Ao eliminar barreiras à competição, o objetivo é incentivar a participação de diversos fornecedores, fomentando a concorrência saudável. Essa abordagem não apenas fortalece a qualidade do fornecimento, mas também visa garantir que os recursos públicos sejam empregados de maneira eficaz, maximizando os benefícios para a sociedade.

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, conseqüentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

Por fim, ante ao exposto, considerando a natureza e modalidade de execução do fornecimento em tela, opta por vedar a participação de consórcios, fomentando a ampla competitividade e assegurando maior eficiência e economicidade na contratação.

Do mesmo modo, é vedada a participação de cooperativas de trabalho voltadas à intermediação de mão de obra subordinada, conforme art. 5º da Lei nº 12.690/2012.

➤ **Indicação de Marca/Modelo**

As especificações dos ônibus serão definidas de forma objetiva, sem prejuízo ao princípio da ampla competitividade. Apesar de vir poder vir a indicar marca ou modelo específico, pois a descrição exaustiva de todos os mínimos quesitos de funcionalidade e de acabamento interno, apenas tornaria a descrição excessivamente vultuosa, podendo alcançar uma lauda inteira, já que, a título de exemplo, as poltronas, que é apenas um dos componentes internos, demanda uma descrição minuciosa.

Assim, o responsável técnico deverá indicar uma marca comum de mercado, que atenda a completude das necessidades da administração, que essa marca não corresponda a parcela



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

exígua do universo total do mercado e que se admita veículos equivalentes, desde que atendam às características técnicas e normas brasileiras aplicáveis. As menções técnicas constantes do termo de referência terão caráter meramente descritivo, evitando direcionamento ou restrição indevida à competitividade.

Esclarece-se que tal especificação não se destina a direcionar a aquisição para fornecedor específico, sendo admissível o fornecimento por qualquer outro distribuidor que atenda aos mesmos requisitos técnicos e às normas brasileiras aplicáveis. Há, inclusive, possibilidade de variações dimensionais ou técnicas de alguns dos veículos a serem adquiridos, conforme informação incluída nas especificações técnicas.

5.2. O veículo a ser obtido deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) Requisitos Técnicos do Veículo

- 03 (três) veículos Tipo: Ônibus, zero quilômetro e/ou primeira utilização.
- Capacidade: **mínima de 42 (quarenta e dois) e máxima de 60 (sessenta) lugares**, mais 02 (dois) assentos, para motorista e auxiliar.
- Chassi 4x2.
- Motor a diesel, mínimo de 06 (seis) cilindros, potência mínima de 200 cv, PBT MÍNIMO DE 14.000.
- Direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual – de 06 (seis) marchas – ou automático, marcha à ré.
- Tanque de combustível, com, ao menos 250L (duzentos e cinquenta litros).
- Freio de serviço a ar comprimido, freios auxiliares, freio motor, freio *top break abs*,
- Tacógrafo, seja eletrônico, seja digital, ou ainda ambos.
- Direção hidráulica.
- Sistema de freios ABS e airbag para motorista.
- Cintos de segurança individuais em todos os assentos.
- Sistema de ar-condicionado para cabine e passageiros, com no mínimo 13.000 BTUS.
- Poltronas com estofamento a couro, descanso de braços, possui sistema de leitura individual.
- Possuir Poltrona Móvel – DPM, destinada a passageiros PCD.
- Possuir Bagageiro, Porta Pacotes Individuais.
- Iluminação interna adequada.
- Equipado com banheiro sanitário, na parte traseira do veículo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

- Porta de acesso lateral, pantográfica e com sistema de acessibilidade.

Justificativa: Os requisitos estipulados acima foram concebidos tendo em vista a destinação e o traslado que ele efetuará, além do público que o utilizará, ou seja, considerando que eles transportaram estudantes, que se deslocaram por longos percursos, com uma alta frequência semanal de, ao menos, 02 (duas) viagens ao dia, durante, em média 05 (cinco) dias por semana torna necessário e indispensável, os seguintes requisitos:

-> Poltrona com estofamento a couro e com um certo grau de conforto – considerando que a viagem possui duração média de 01:30h (uma hora e trinta minutos), por viagem, acaso as poltronas fossem de polipropileno “plástico”, os estudantes chegariam exauridos nos seus respectivos destinos, de modo a comprometer o seu desempenho.

• Nesse sentido, considerando que o interesse público não é que aqueles cidadãos apenas concluam os cursos superiores e/ou profissionalizantes, mas sim que eles possam ser devidamente instruído com o conhecimento técnico para que, posteriormente, possam desenvolver suas atividades laborais, com maior capacidade econômica, no presente município, tem-se por justificado o requisito que pode vir a contribuir para com que eles tenham a possibilidade de chegarem, aos seus respectivos destinos, com melhores condições de absorverem conhecimento.

-> Na mesma forma do tópico anterior, considerando que transportaram estudantes universitários e/ou de cursos técnicos profissionalizantes, é comum que aquelas instituições adotem metodologias educacionais de maior ênfase prática, em detrimento da pura e simples teórica, assim, o ônibus, além de dispor de bagageiro comum, para transporte de Maquetes; Modelos; e afins, deve dispor de porta pacotes individuais, para cada passageiro, pois, o bagageiro convencional, pode deteriorar aqueles projetos mais sensíveis, frente à ausência de divisórias, o que fazer com que extraviem no traslado.

• -> Na mesma linha de pensamento dos tópicos anteriores, considerando que parte significativa do transporte é realizada no período noturno, e considerando o alto tempo é natural que alguns discentes, leiam durante o transporte e, para tanto, faz-se necessário iluminação, porém, outros optam por dormirem, assim, a fonte de iluminação deve ser individual, para conciliar ambos os cenários, de modo a, novamente, possibilitar um maior desenvolvimento educacional.

-> Novamente sobre as mesmas diretrizes dos tópicos anteriores, grande parte do traslado é realizado em rodovia, que não possui qualquer estrutura de conveniência e/ou suporte, bem como que grande parte do perímetro urbano, na capital sergipana, é em estado de engarrafamento, assim, acaso algum passageiro necessite realizar alguma necessidade fisiológica, torna necessário a disponibilização de solução para tanto, que no caso vertente, é o sanitário interno.

-> Sob a perspectiva do ar-condicionado, considerando que a região nordeste esta localizada no semiárido brasileiro, as taxas de temperatura são elevadas e, na hipótese bastante factível daqueles estudantes ficaram confinados em um ambiente relativamente restrito, de material



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

metálico, há altas temperaturas, por longos períodos, pode gerar o fenômeno denominado intermação, comprometendo a saúde daqueles.

-> Ao que concerne ao tanque de combustível, considerando a correlação (Potência X distância média X autonomia), chegou-se a necessidade de tanque mínimo de 250L (duzentos e cinquenta litros) já que, considerando o engarrafamento, pode haver o consumo superior ao programado e, se não dispor de capacidade extra a ser dispendido nos engarrafamentos, que tanto sua ocorrência e duração são imprevisíveis, pode culminar no fenômeno da pane seca descrita anteriormente, gerando aqueles efeitos indesejáveis já descritos.

-> Os demais requisitos de natureza mecânica foram concebidos com o intuito de viabilizar a operação do transporte, considerando as necessidades já exaustivamente descritas acima.

b) Requisitos técnicos do ônibus da AOI

- 01 (um) veículo Tipo: Ônibus, zero quilômetro e/ou primeira utilização.
- Capacidade: mínima de 42 (quarenta e dois) e máxima de 60 (sessenta) lugares, mais 02 (dois) assentos, para motorista e auxiliar.
- Chassi com configuração das rodas 6x2.
- Motor a diesel, mínimo de 06 (seis) cilindros, potência mínima de 400 cv, PBT MÍNIMO DE 14.000.
- Direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual – de 06 (seis) marchas – ou automático, marcha à ré.
- Tanque de combustível, com, ao menos 700L (setecentos litros).
- Altura mínima ALTURA 4.200 MM, LARGURA 2.600 MM,
- Freio de serviço a ar comprimido, freios auxiliares, freio motor, freio *top break abs*,
- Tacógrafo, seja eletrônico, seja digital, ou ainda ambos.
- Direção hidráulica.
- Sistema de freios ABS e airbag para motorista.
- Cintos de segurança individuais em todos os assentos.
- Sistema de ar-condicionado para cabine e passageiros, com no mínimo 13.000 BTUS.
- Poltronas com estofamento a couro, descanso de braços, possui sistema de leitura individual.
- Possuir Poltrona Móvel – DPM, destinada a passageiros PCD.
- Possuir Bagageiro, Porta Pacotes Individuais.
- Iluminação interna adequada.
- Equipado com banheiro sanitário, na parte traseira do veículo.
- Porta de acesso lateral, pantográfica e com sistema de acessibilidade.



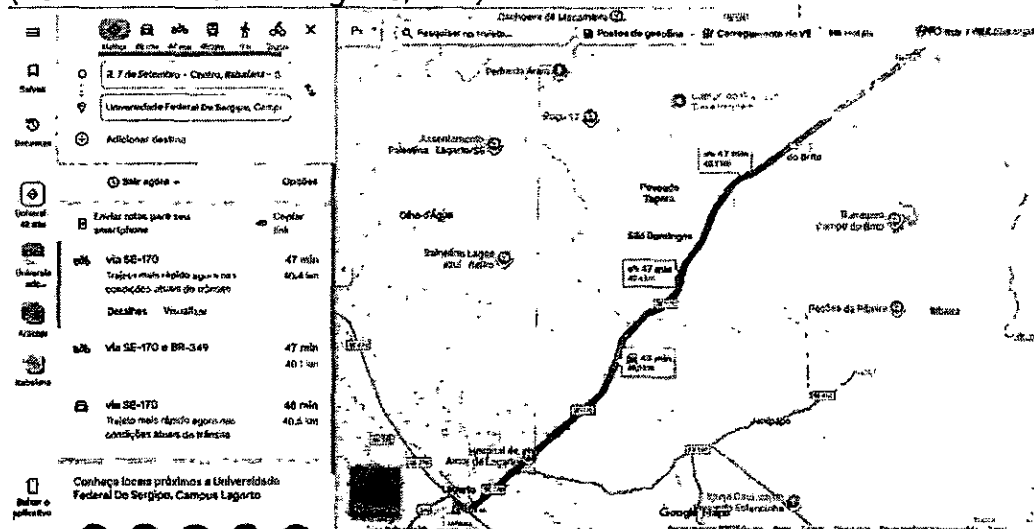
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

6.0. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades a serem contratadas serão dimensionadas a partir da necessidade informada, os veículos serão para atender a presente demanda solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, os veículos a serem disponibilizados deverão transportar, aproximadamente, 650 (seiscentos e cinquenta) estudantes, para os roteiros intermunicipais descritos no DFD, transcrito abaixo, chega-se a necessidade de aquisição de 03 (três) veículos, tipo ônibus, com o intuito de transportar, simultaneamente, os estudantes por aqueles roteiros.

"Uma Solução de mercado e/ou administrativa, que possa assistir a A.I.U., com o azo de que eles possam transportar, aproximadamente, os 650 (seiscentos e cinquenta) associados, durante 03 (três) turnos, para cada um dos 04 (quatro) roteiros, abaixo, iniciando às 05:40h (cinco horas e quarenta minutos) e, encerrando-se às 22:30h (vinte e duas horas e trinta minutos).

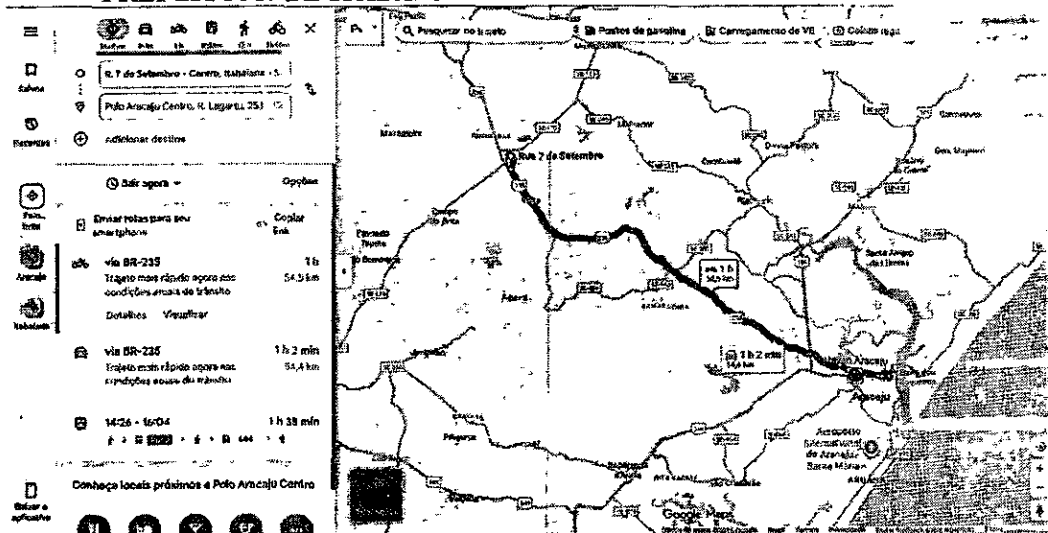
(Roteiro Itabaiana – Lagarto, UFS)



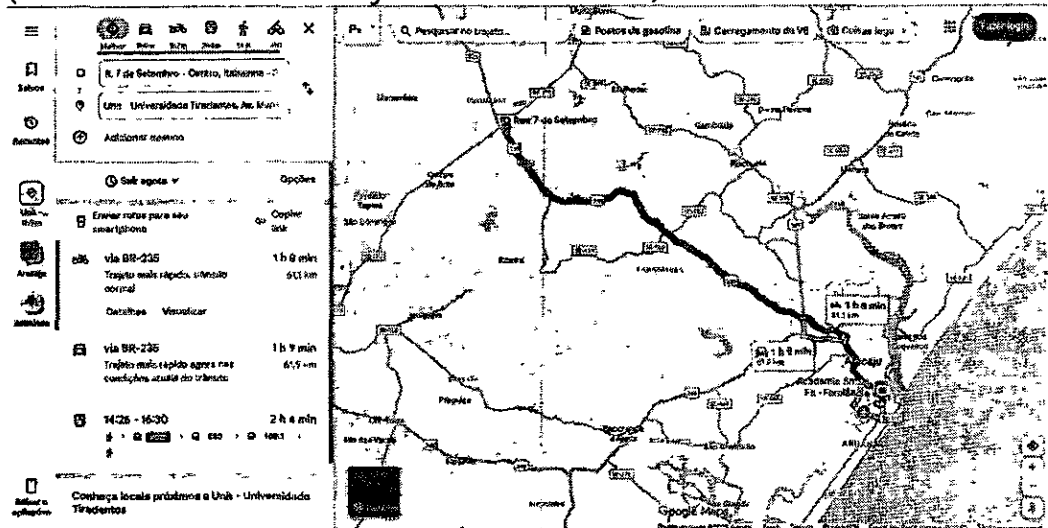
(Roteiro Itabaiana – Aracaju – Unit centro)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



(Roteiro Itabaiana – Aracaju – Unit Farolândia)

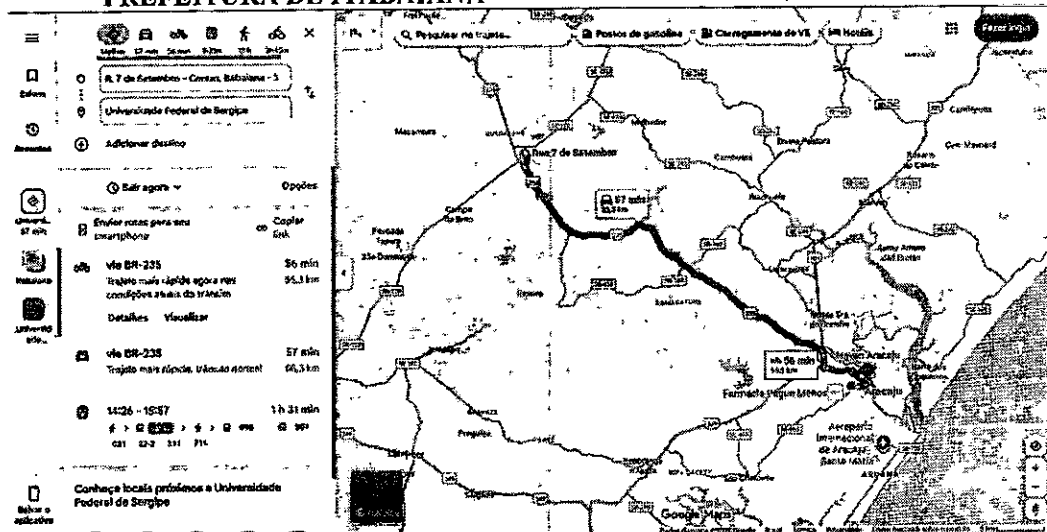


(Roteiro Itabaiana – São Cristóvão – UFS)

Handwritten signature



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



Ademais, a bem da verdade, há de se ressaltar que, nos mesmos termos aqui arrogados, também há o interesse da colenda Secretaria da Juventude, do Esporte e do Lazer, dado que também tenciona adquirir, veículo, com especificações semelhantes, para viabilizar a operação da Associação Olímpica Itabaianense – AOI, onde necessita de transporte para os mais diversos municípios dentro do Estado de Sergipe, como também, para outros estados, em decorrência da disputa do Campeonato Brasileiro de Futebol da série C; Copa do Brasil; e Copa do Nordeste.

Nesse sentido, porquanto, abeberando-se das justificativas apostas nos tópicos anteriores, faz-se necessário à aquisição do veículo tipo ônibus, também, no patamar de 01 (um), entretanto, com especificações ajustadas para com a necessidade daquela associação esportiva, fornecida por responsável da secretaria supramencionada, conforme descrito no tópico anterior.

7.0. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação dos itens deverá ter um valor global estimado de aproximadamente R\$ 4.950.000,00 (Quatro milhões, quinhentos mil reais), já que o valor de mercado médio, para ônibus com as características descritas no tópico anterior, unitariamente, é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), que será pago de forma comutativa, à medida em que eles forem sendo entregues, considerando-se a previsão orçamentária com base no PCA 2025.

❖ Do valor sigiloso:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Em atendimento aos princípios da transparência e da publicidade que auxiliam na regência das contratações realizadas pela Administração Pública não há motivação para o estabelecimento de caráter sigiloso do orçamento estimado em uma eventual contratação do objeto em voga.

Ademais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tanto o orçamento estimado como todas as informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

- ❖ Da possibilidade de compras conjuntas a outros órgãos, eventualmente não participe da futura contratação:

Considerando que o fornecimento de ônibus para o transporte de discentes, aos mais diversos polos universitários e/ou de ensino profissionalizante, dos mais diversos municípios sergipanos, tem como motivação inicial a adequação das novas métricas de prestação de serviço de modo ecologicamente equilibrado, sendo que, na realização do transporte seja empregada novas tecnologias que não comprometam o meio-ambiente, propõe-se, em observância aos princípios da eficiência e economicidade, sugere-se a realização do certame na modalidade Pregão, com a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Seção V da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se trata de implementação de novo modus operandi para esta municipalidade, sendo que nunca fora realizado, por tal metodologia, sendo pristinamente, através de contratação de empresa, para que ela realizasse o deslocamento, com todos os insumos a suas expensas.

Some-se ao predito que, para implementarmos a solução, plenamente, fardes necessário a realização de atos administrativos acessórios, como a criação de estrutura para a fiscalização do

A.I.U., para fiscalizar aquela associação na utilização dos veículos, guarindo, porquanto, alta incerteza no período que se farão necessários, posto que não seria razoável, celebrar um contrato sendo que não há certeza de quando teremos a da expertise de fiscalização, assim, acaso o adquiríssemos os veículos, sem utiliza-los, os vícios ocultos, perceptíveis apenas com a utilização dos veículos, não seriam percebidos prontamente e, com o protrair do tempo, o termo lindeiro de garantia dos bens, seriam alcançados e a Administração teria de incorrer com o custo de reparos, que não seriam necessários e, até mesmo, ter de adquirir novos itens, frente a impossibilidade de utilização daqueles.

Pelo exposto, considerando a incerteza quanto ao período que se farão necessários, faz-se cogente a utilização do SRP, na forma dos Inc. V, do Art. 3º, do Decreto Federal Nº 11.462/2023 c/c IV, do Art. 3º, do Decreto municipal Nº 318/2024.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Ademias, pelas características do fornecimento e, ao sondar o mercado, vê-se que é praxe do mercado dispor da possibilidade adesão por órgãos não participantes – “carona” –, haja vista que sempre que há a possibilidade de tal mecanismo, as empresas tendem a ofertar descontos ainda mais significativos, em detrimento do orçado pela administração, dado a possibilidade do quantitativo poder vir a ser aumentada em até 200% (duzentos por cento), sendo pertinente prevê tal instituto, nas fases subsequentes, consoante no §2º, do Art. 86, da Lei Federal Nº 14.133/2021 c/c Art. 31 e seguintes do Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Por fim, conforme deflui do escorço do predito, na forma do Art. 10, do decreto federal em comento, o setor responsável, antes de se proceder a elaboração do competente Termo de Referência – TR, deverá consultar a existência de Ata de Registro de Preços – ARP vigente, com possibilidade de adesão, para, em sendo vantajosa e compatível com a nossa necessidade, proceder-se aos tramites de adesão, na forma do §2º, do Art. 86, da Lei Federal Nº 14.133/2021 c/c Art. 31, do Decreto Federal Nº 11.462/2023 e, somente na hipótese de restar frustrada, é que se deve proceder a elaboração do artefato supramencionado.

8.0. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Considerando que o objeto proposto, aquisição de veículo tipo ônibus atende a uma finalidade única e indivisível, voltada à execução das ações educacionais em diferentes polos educacionais, em municípios distintos do estado de Sergipe, onde o horário é simultâneo, em todo o período, verifica-se que não há viabilidade técnica, operacional ou econômica para o seu parcelamento. Ademais, o fracionamento da contratação poderia comprometer a padronização da frota, a gestão da manutenção e o controle de custos, contrariando o disposto no art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a evitar o parcelamento quando este resultar em perda de economia de escala ou prejuízo à execução contratual, bem como à própria lógica, sobre o aspecto da logística sustentável, arrimada no tópico de levantamento de mercado.

A decisão pelo parcelamento ou não do objeto deve estar vinculada à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública (Art. 11, I).

- Deve-se considerar o planejamento e a segregação de funções, evitando riscos de falhas ou fraudes na contratação (Art. 7, §1).
- Devem ser levados em conta os princípios da economicidade e da eficiência, avaliando-se a relação custo-benefício entre o parcelamento e a aquisição conjunta da solução (Art. 5).



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

Após cuidadosa análise dos critérios e diretrizes estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, posicionamo-nos favoravelmente à não adoção do parcelamento para a contratação do veículo tipo van com acessibilidade, pelas seguintes razões:

- O objeto da licitação consiste em uma única unidade medida, sendo que serão dispostas em diversas rotas, que necessitam do transporte de forma simultânea, o que por sua natureza, não se presta ao fracionamento em lotes ou itens separados para fins de contratação;
- A integridade técnica do veículo é essencial para garantir a segurança e o conforto dos usuários, bem como a funcionalidade adequada das adaptações para acessibilidade;
- A aquisição em parcelas poderia comprometer a homogeneidade do veículo e das adaptações necessárias, dificultando a manutenção e potencialmente aumentando os custos operacionais;
- Não há evidências de que o parcelamento do objeto resultaria em economia para a Administração Pública, tendo em vista a escala da contratação e a especificidade do bem;
- As vantagens da aquisição unificada incluem a simplificação do processo de licitação, redução dos custos administrativos, e garantia de uniformidade do produto final.

Diante disso, o não parcelamento da solução atende ao interesse público, proporcionando a efetivação dos princípios de economicidade, eficiência, planejamento, e seleção da proposta mais vantajosa, conforme diretrizes da Lei 14.133/2021. Podendo haver mais de um veículo contratado, há possibilidade de parcelamento, tendo em vista as necessidades e demandas dos serviços nos departamentos que assim precisar.

9.0. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Tratando-se de aquisição de veículo tipo ônibus, para o transporte de alunos, aos polos universitários, porém não realizado diretamente por esta municipalidade, mas através da A.I.U., faz-se necessário a disponibilização dos seguintes insumos e/ou serviços necessários, para a plena viabilizar disponibilização do transporte:

- A disponibilização de servidores para à fiscalização daquela associação;

Para boa parte das contratações aludidas no excerto anterior, à administração já possui diretrizes solução administrativa para precatar-nos, contudo carece de mecanismos específicos para os jaezes técnicos que permeiam à presente relação futura, assim, devendo adotar as medidas internas necessárias para equalizá-las.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

10.0. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A demanda está alinhada ao Planejamento e Gerenciamento de Plano Anual de Contratação - PCA 2025 registradas pela Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana –Se.

ID PCA no PNCP: 13128798000101-0-000001/2025

Data de publicação no PNCP: 16/05/2024

Id do item no PCA: 6271;

Classe/Grupo: 2310;

Identificador da Futura Contratação: 983157-3/2025;

11.0. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com esta contratação, espera-se atender de forma eficaz as necessidades de transporte dos alunos cursantes do ensino superior, para os polos educacionais dispostos nos municípios do Estado de Sergipe, através da A.I.U., obedecendo às formalidades legais e garantindo o pleno atingimento do interesse público aqui já exaustivamente abordado, no estrito interesse da Administração Pública. A ausência de transporte adequado pode comprometer a continuidade daquela política pública, de modo a tolher os resultados positivos a serem engendrados na sociedade itabaianense a longo prazo.

Os resultados pretendidos com a aquisição são, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade:

- Garantir o transporte adequado e seguro dos alunos cursantes do ensino superior, nos mais polos do estado de Sergipe;
- Assegurar que aquele público alvo possam ser capacitados de forma ininterrupta, sem prejuízo às atividades acadêmicas;
- Promover a satisfação da comunidade escolar e da sociedade em geral quanto à difusão, obliqua do conhecimento técnico na sociedade, através das relações interpessoais.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- Disponibilizar de imediato o veículo, possibilitando que os deslocamentos ocorram de forma planejada e organizada;
- Otimizar o tempo dos alunos, reduzindo atrasos e garantindo maior produtividade em suas respectivas graduações;
- Minimizar custos com locações e transportes improvisados, direcionando os recursos públicos para uma solução definitiva e mais vantajosa.

- Concretizar a política pública de apoio à educação, em todas as suas instâncias, fornecendo condições adequadas de deslocamento e assegurando que aqueles cidadãos possam ser capacitados, para, ulteriormente desenvolver funções laborais mais bem remuneradas;
- Contribuir para a valorização do conhecimento técnico/acadêmico, uma vez que o transporte é previsto em legislação federal, representando também o cumprimento de um direito legal, para desenvolvimento enquanto sociedade;
- Apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), especialmente o ODS nº 4 (Educação de Qualidade) e o ODS nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao garantir acesso equitativo à educação, sobretudo acesso aquele conhecimento técnico que, por maioria das vezes, apenas são obtíveis em municípios outros, no estado de Sergipe, de modo a difundir conhecimento entre os cidadãos e esses, por sua vez, sejam os agentes promotores das suas próprias evoluções financeiras e sociais.

- Selecionar veículos que atendam a requisitos de eficiência energética e menor impacto ambiental, considerando normas de emissão de poluentes;
- Reduzir o uso de transportes terceirizados e dispersos, promovendo uma frota própria, daquela A.I.U., mais organizada e ambientalmente responsável; e
- Promover o uso racional dos recursos públicos, assegurando maior vida útil dos veículos adquiridos e reduzindo custos indiretos com manutenção improvisada ou soluções temporárias.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

12.0. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Previamente à contratação, a Administração adotará ações para adequação e organização das condições necessárias ao uso dos veículos, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

❖ A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.
- Elaboração de planos de trabalho visando a adequada utilização e manutenção dos veículos adquiridos.
- Divulgação dos benefícios e resultados diretos da execução do serviço público proporcionado pelos veículos adquiridos.
- Seleção e disponibilização dos agentes condutores dos veículos.
- Inclusão, nos atos administrativos necessários, para a disponibilização do combustível e demais insumos; e
- Providenciar os atos administrativos necessários, para a disponibilização dos serviços assessoriais necessários, de manutenção preventiva e/ou corretiva.

❖ Mapa de Riscos:

Para além de todos os riscos genéricos comum à todas as contratações, para à presente solução de mercado, observa-se os seguintes riscos específicos:

- Quando da confecção do Termo de Referência, não ser especificado de forma esmerada, de modo que os veículos não venham a satisfazer o interesse público.
- Atraso na entrega dos veículos, de modo que eles não estejam à disposição, quando da data pretendida;
- Não haver a competente entrega técnica dos bens, de modo que ou não consigamos utilizar os veículos, ou utilizemos de modo inadequado de modo a comprometer a longevidade dos bens;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

- Ao enleio do tópico anterior, a entrega técnica ser meramente formal, de modo a não nos informar o conhecimento necessário, de modo a culminar na mesma problemática do excerto anterior;
- Quando da utilização regular dos veículos e, quando se fizer necessário a manutenção dos veículos, não haver a representação oficial, seja mesmo que por meio de autorizada, de representação para a realização das manutenções necessárias;
- Durante a utilização dos veículos, em especial durante o ciclo de vida do objeto, o fabricante não disponibilizar peças de reposição, que se fizerem necessárias para a plena utilização dos veículos;
- Quando se fizer necessário o *recall* dos veículos, não seremos informados e, assim, não ser realizado, de modo a comprometer tanto a segurança dos passageiros quanto o próprio ciclo de uso máximo dos veículos; e
- Mesmo com o aviso de *recall* dos veículos, o mesmo não ser efetuado, e gerar o comprometimento na forma do item anterior.

Todas as providências serão tomadas e adotadas pela Administração, previamente à celebração do contrato, incluindo intervenções, adequações na infraestrutura e ajustes necessários para garantir a operacionalidade, segurança e eficiência na utilização da frota adquirida.

13.0. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A futura aquisição de veículos do tipo ônibus, destinados ao transporte de discentes, aos demais diversos polos educacionais no Estado de Sergipe, poderá gerar impactos ambientais decorrentes, sobretudo, da emissão de gases poluentes e do consumo de combustíveis fósseis.

Nesse sentido, a Administração deve considerar aspectos como:

1. **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A operação dos veículos, especialmente se forem movidos a combustíveis fósseis, pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas.
2. **Consumo de Recursos Naturais:** A fabricação dos veículos requer o uso intensivo de recursos naturais, como metais, plásticos, e energia, contribuindo para o esgotamento desses recursos e gerando impactos ambientais associados à extração e produção.
3. **Geração de Resíduos:** Durante o ciclo de vida dos veículos, desde a fabricação até o descarte, são gerados resíduos sólidos, líquidos e gasosos, os quais podem contaminar o solo, água e ar se não forem adequadamente tratados e dispostos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Medidas Mitigadoras:

Para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição e operação dos veículos, podem ser adotadas as seguintes medidas:

- 1. Uso de Veículos Mais Eficientes:** Priorizar a aquisição de veículos com tecnologias mais limpas e eficientes em termos de consumo de combustível, tais como veículos elétricos, híbridos ou movidos a biocombustíveis. Isso reduzirá as emissões de gases de efeito estufa e a dependência de combustíveis fósseis.
- 2. Adoção de Práticas Sustentáveis na Fabricação:** Optar por fabricantes que adotem práticas sustentáveis em suas operações, como a redução do consumo de água e energia, o uso de materiais reciclados e a implementação de processos de produção mais eficientes e menos poluentes.
- 3. Logística Reversa para Desfazimento e Reciclagem:** Estabelecer um sistema de logística reversa para o descarte e reciclagem adequados dos veículos no final de sua vida útil. Isso envolve a coleta seletiva de materiais, a desmontagem e reciclagem de componentes, e a disposição adequada de resíduos perigosos.
- 4. Gestão Eficiente da Frota:** Implementar medidas para otimizar o uso dos veículos, como a adoção de rotas mais eficientes, a manutenção preventiva regular e o treinamento dos motoristas em técnicas de condução econômica. Isso reduzirá o consumo de combustível e as emissões de poluentes durante a operação dos veículos.
- 5. Monitoramento e Avaliação Constantes:** Estabelecer programas de monitoramento e avaliação dos impactos ambientais associados à frota de veículos, visando identificar oportunidades de melhoria e implementar medidas adicionais de mitigação conforme necessário.

A adoção dessas medidas mitigadoras contribuirá para reduzir os impactos ambientais da aquisição e operação dos veículos, promovendo uma gestão mais sustentável e responsável dos recursos naturais.

14.0. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Analisadas as alternativas disponíveis que atendam à necessidade da área demandante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada, por meio do presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, é a aquisição de veículos do tipo ônibus, destinados ao transporte de associados da A.I.U., aos mais diversos polos educacionais no estado de Sergipe, concluindo-se, assim, pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**, uma vez considerados os potenciais benefícios em termos de eficiência, eficácia e efetividade, além de economicidade, visando assegurar a correta aplicação dos princípios, normas e procedimentos técnicos, garantindo ampla efetividade da solução, bem como o sigilo das informações e a tempestividade dos serviços necessários para a prestação do serviço público.

14.2. A solução proposta mostra-se técnica e economicamente viável, sendo que os requisitos apresentados atendem adequadamente à demanda formulada, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, motivo pelo qual recomenda-se o prosseguimento da contratação.

14.3. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Itabaiana/SE 11 de dezembro de 2025

Gardênia Menezes Martins

031.XXX.125-XX

Membro Convidado